

S
UFRJ/IEI
TD343

043260-1

TEXTO PARA DISCUSSÃO

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
Nº 343

A GLOBALIZAÇÃO E A
"NOVISSIMA DEPENDÊNCIA"
SETEMBRO DE 1995

JOSÉ LUÍS FIORI

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO - Nº 343
A GLOBALIZAÇÃO E A "NOVÍSSIMA DEPENDÊNCIA"
AGOSTO DE 1995

JOSÉ LUÍS FIORI



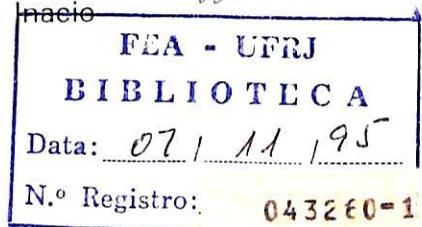
43 - 016774

Reitor da UFRJ: Prof. Paulo Alcântara Gomes
Decano do CCJE: Prof. José Antônio Ortega
Diretor do Instituto de Economia: Prof. José Ricardo Tauile
Coordenador de publicações: Prof. David Kupfer
Supervisão: Gláucia Aguiar
Projeto gráfico: Gláucia Aguiar
Editoração: Jorge Amaro
Revisão: Eduardo Carvalho
Impressão: Célio de Almeida Mentor

Luiz Jorge de Araújo Góes

Olávio da Silva Inacio

MS 97620



FICHA CATALOGRÁFICA

FIORI, José Luis.

S
UFRJ/IEI
TD343

A globalização e a "Novíssima dependência." / José Luís Fiori. -- Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995.

29p.; 21cm -- (Textos para Discussão. IEI / UFRJ, n.343)

1. Desenvolvimento Econômico - América Latina. I. Título. II. Série.

ÍNDICE

- I. "Teoria" da Dependência: A Diáspora e o Método 5
- II. Globalização: O Gênero e a Espécie 10
- III. "Trasição Hegemônica": como e quando? 15
- IV. A "Novíssima dependência": O Retorno e a forma 21
- V. Nota final: Diáspora e realismo 26
- VI. Referências Bibliográficas 27

"We conceive the relationship between external and internal forces as forming a complex whole whose structural links are not based on mere external forms of exploitation and coercion, *but are rooted in coincidences of interests between local dominant classes and international ones*, and, on the other side, are challenged by local dominated groups and classes. *In some circumstances, the networks of coincident or reconciliated interests might expand to include segments of the middle class, if not of alienated parts of working class.*"

Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, 1977.

I. 'TEORIA' DA DEPENDÊNCIA: A DIÁSPORA E O MÉTODO

Como todo mundo sabe, jamais existiu *uma teoria* da dependência. O que costuma se chamar assim é uma enorme massa de artigos e livros de vários autores, que nos anos sessenta e setenta se dedicaram à análise de um mesmo problema com aproximações e construção distintas e com derivações político-normativas absolutamente diferentes entre si.

É bem verdade que todas as versões do que mais corretamente deveria chamar-se de 'escola dependentista' (Palma, 1978) remetem, de uma ou outra forma, à confluência da teoria marxista do imperialismo, em particular de sua visão pós-leninista com a crítica cepalina da teoria neoclássica do comércio internacional. Mas só isto é muito pouco para entender a importância acadêmica e o impacto político que estas idéias tiveram durante duas décadas, em toda a América Latina e em boa parte do que se chamava então de Primeiro Mundo.

O objeto central da preocupação dos dependentistas sempre foram as relações concretas entre o desenvolvimento capitalista industrial tardio e periférico da América Latina (sobretudo) e o avanço da acumulação capitalista nos países centrais, desenvolvidos e industrializados desde o século dezenove. E foi a partir daí que procuraram estudar a forma peculiar que assumiam, fora dos centros originários do capitalismo, as relações entre as classes, as ideologias e o manejo concreto do poder dos Estados e de suas políticas públicas.

Nessa direção, pode-se dizer, com o objetivo de simplificar, que a "escola da dependência" alimentou-se, basicamente, de duas grandes correntes de pensamento. A primeira - desenvolvida a partir do trabalho seminal de Raul Prebisch, datado de 1949, e que veio a constituir-se no que a história das idéias econômicas latino-americanas consagrou com o nome de "pensamento cepalino" - que parte da crítica à visão convencional do comércio internacional, baseada na idéia ricardiana das 'vantagens comparativas' e expressa no modelo Hecksher-Ohlin-Samuelson, e completa-se com a explicação da desigual distribuição dos frutos do progresso técnico entre os centros cíclicos do capitalismo e sua periferia. Trilha por onde avançou, posteriormente, a análise cada vez mais aprofundada da peculiaridade de um capitalismo que se desenvolvia em países que não dispunham, além do mais, de moeda conversível e, tampouco, de capacidade endógena de progresso tecnológico. Como se sabe foram estas idéias que alimentaram as ideologias desenvolvimentistas e o projeto de industrialização induzida adotado (muitas vezes de forma quase só retórica) durante os anos cinqüenta pelos principais países da América Latina. Mas estas mesmas idéias, quando chegaram às mãos dos dependentistas, nos anos sessenta, já foi na forma autocrítica com que a CEPAL reagiu à verdadeira crise de esgotamento do modelo de substituição de importações: dedicando-se mais detalhadamente à análise dos obstáculos sociais e políticos que obstruíam o caminho da industrializa-

ção ou tentando fundar as bases de uma teoria que apontava a para a 'estagnação' como caminho inevitável da economia latino-americana.

A segunda fonte de inspiração dos dependentistas foi, indiscutivelmente, a teoria marxista do imperialismo, ou mais precisamente a sua versão pós-leninista, caracterizada pelo pessimismo com relação ao seu potencial no desenvolvimento do capitalismo nas periferias ou zonas de expansão colonial ou pós-colonial. Mas, também aqui, há que se ter presente que foi no mesmo clima de crise econômica e sob o efeito das crises políticas que sucederam a revolução cubana e assumiram em toda a América Latina a forma que G. O'Donnell chamou de "autoritarismos burocráticos" (1977), que a maioria dos dependentistas releu o "Desenvolvimento Capitalista na Rússia", escrito por Lenin em 1899, e sofreu a influência direta da "Economia Política do Crescimento", publicada por Paul Baran em 1957 e do trabalho clássico de A. G. Frank, "O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento", publicado em 1966, na Monthly Review. Por isto, não é difícil identificar, em todas as suas análises, uma crítica explícita ou subjacente à 'teoria da revolução burguesa' vulgarizada, a partir do 28º Congresso da internacional comunista, pelo discurso estratégico e a prática dos Partidos Comunistas de todo o mundo e também da América Latina. Aliás, não foi por outra razão que estes partidos devotaram permanente desconfiança com relação às análises dependendistas identificadas por eles - muitas vezes sem nenhuma razão, como já veremos $\frac{3}{4}$ com a visão estratégica que a revolução cubana difundiu pela América Latina.

Mas mesmo quando os seus objetos se sobrepunham e as perguntas fundamentais coincidiam, os autores que analisaram o tema da "dependência" dispersaram-se a partir de sua resposta à uma questão básica: depois do surto desenvolvimentista dos anos cinqüenta, a estagnação econômica dos anos sessenta queria ou não indicar que o capitalismo industrial tardio era inviável na periferia latino-americana-

na? Gabriel Palma, economista chileno e professor de Cambridge foi quem melhor organizou o confuso universo das respostas que foram dadas a esta questão, tomando em conta as suas clivagens teóricas e políticas fundamentais. Para ele, elas podem ser agrupadas em três grandes grupos. O primeiro, cuja liderança intelectual coube a Andre Gunderer Frank (1967), só via para a América Latina ou o caminho sem saída do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", ou o da revolução socialista. Mas o segundo o grupo, articulado em torno das idéias de Celso Furtado sobre os 'obstáculos ao desenvolvimento nacional' e suas projeções estagnacionistas, tinha raízes cepalinas mais fortes e se jamais pensou ou propugnou revoluções socialistas, tampouco propôs nada de muito preciso para ser posto no lugar do velho paradigma e das políticas de inspiração cepalina. Mas foi o terceiro grupo que acabou adquirindo maior projeção, a partir do trabalho de Cardoso e Faletto que teve sua primeira versão, ainda na forma de documento interno das Nações Unidas, datada de 1967. Mas esta terceira vertente só adquiriu verdadeira originalidade e interesse em versões posteriores dos próprios autores ou de outros que se afiliaram a esta mesma corrente, a partir do momento em que incorporaram às suas análises a crítica absolutamente pioneira ao "estagnacionismo" feita por Maria C. Tavares e José Serra, no seu trabalho clássico *Mais Alem da Estagnação*, que também circulou em primeira versão da FLACSO, já em 1969. Ali estes dois autores, olhando sobretudo para o Brasil, expuseram os argumentos básicos de porque, em certos casos, este desenvolvimento era possível e assumiria sempre a forma que Cardoso e Faletto chamariam mais tarde de "desenvolvimento dependente e associado". Uma forma de industrialização viabilizada pela onda de investimentos que transporta, a partir dos anos cinqüenta, as filiais de todas as grandes corporações capitalistas, norte-americanas e européias, para dentro dos mercados nacionais protegidos de alguns países latino-americanos. Movimento em tudo diferente do que se passará depois, na chamada fase da

'globalização' e que por isto foi corretamente designado, do ponto de vista dos receptores dos investimentos, como um processo de "internacionalização dos seus mercados internos". Processo incentivado e viabilizado pelas políticas ativas dos estados desenvolvimentistas que além disto dedicaram-se, permanentemente, à proteção do empresariado privado nacional, que apesar de economicamente frágil sempre soube defender politicamente suas áreas imediatas de interesse.

Enquanto para o primeiro grupo de dependentistas a derivação normativa de suas análises em geral apontava para o caminho da revolução socialista, os demais dividiram-se numa miríade de posições. No caso brasileiro em particular, como o nacional-desenvolvimentismo já era a bandeira implícita do projeto militar e tecnocrático do governo autoritário, a maioria dos dependentistas brasileiros nunca foi além de seus diagnósticos, sem jamais esclarecer se existiria ou não algo que se pudesse identificar como uma proposta econômica *in*-dependentista, do ponto de vista nacional e de classe.

O que restou daquela abordagem? Para alguns estudiosos do período, um "método de análises de situações concretas" do desenvolvimento industrial tardio e periférico da América Latina, cujo eixo explicativo passava pela forma de sua inserção nas relações econômicas internacionais viabilizada pela dinâmica dos investimentos diretos estrangeiros que se expandem a partir dos anos cinqüenta. Mas este método vai além e propõe que deve ser a partir das mudanças permanentes desta forma de inserção $\frac{3}{4}$ e não de relações externas e estáticas de exploração ou coerção explícitas $\frac{3}{4}$ e das coincidências e coalizões de interesses por ela geradas que se deve explicar a dinâmica econômica e social, mas sobretudo política de cada um dos países situados na periferia latino-americana. E este é, na verdade, o denominador comum capaz identificar a escola dependentista, sejam quais tenham sido as conclusões políticas dos seus autores.

Como esta é também a contribuição dos dependentistas que ficou na gaveta do desprestígio ou do esquecimento, sobretudo durante as duas décadas em que o pensamento latino-americano permaneceu prisioneiro da preocupação conjuntural com o problema da inflação. Entende-se, assim, porque o debate sobre a "globalização" da economia capitalista, aberto nos anos oitenta pela literatura anglo-americana, ao recolocar no primeiro plano das preocupações acadêmicas uma nova "economia política das relações internacionais", trouxe também de volta, e com toda razão, a dimensão internacional do desenvolvimento e das crises capitalistas e, portanto, inevitavelmente, daquilo que foi a preocupação central dos dependentistas. E, nessa direção, o episódio recente da crise mexicana só contribuiu para dar uma solidez ainda maior e mais dramática à percepção de que hoje, ainda mais do que nos anos sessenta, os espaços econômicos nacionais encontram-se integrados e dependentes da dinâmica do capitalismo mundial ditada por seus principais centros de decisão micro e macroeconômicos. Pouco a pouco, na academia como no debate político-econômico, muitos são os que vão redescobrimo o núcleo duro e internacionalizado de nossas crises, e por isto, sem querer ou mesmo sem saber, vão redescobrimo o ponto central das preocupações do que alguns chegaram a chamar de "teoria da dependência".

II. GLOBALIZAÇÃO: O GÊNERO E A ESPÉCIE

O conceito da Globalização ainda não terminou de ser fabricado. E não é impossível que transite para o esquecimento antes que tenha sido possível esclarecer seu verdadeiro significado teórico. Assim mesmo e apesar desta imprecisão, ninguém tem dúvidas de que o conceito procura dar conta de uma nova 'formatação' capitalista, gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais. Como tampouco pairam mais dúvidas de que esta nova 'formatação' econômica

envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios. Isto aparece de maneira clara na forma codividida em que Estados Unidos, Alemanha e Japão comandam a economia mundial, como também na maneira em que Estados Unidos, França e Inglaterra ainda mantêm em suas mãos a batuta das grandes decisões geopolíticas e militares, depois do desaparecimento da União Soviética. Mas tudo isto reaparece da mesma forma, ainda que com outras cores, quando olhamos para as novas relações hierárquicas que se estabelecem entre os espaços nacionais a partir da realocação global dos capitais que vai seguindo a trilha aberta pela desregulação dos mercados, sobretudo os de natureza financeira. E, na medida em que os novos impasses ou crises do capitalismo vão adquirindo natureza cada vez mais global e interdependente, não há como desconhecer o parentesco entre os novos problemas teóricos e a "velha" temática da dependência. Mas, aqui neste ponto, são os conhecimentos já disponíveis sobre este processo inconcluso de globalização que nos podem ajudar a responder a algumas questões decisivas para saber se a temática da dependência está de volta ou deve ser definitivamente sucateada. Mas quais são estas perguntas decisivas do ponto de vista teórico? São basicamente três:

As transformações econômicas e políticas mundiais ocorridas a partir da crise de 1973/75 deram ou não lugar a uma etapa qualitativamente distinta no processo secular de internacionalização do capitalismo? E, caso a resposta seja sim, qual a sua marca distintiva ?

O fenômeno da interdependência, essencial ao conceito de globalização, altera ou não a forma econômica e politicamente hierarquizada da organização capitalista em nível mundial e, portanto, a existência ou não dentro dela de posições centrais e periféricas?

A nova organização "desterritorializada" da estrutura concentrada da oferta mundial e do funcionamento desregulado dos mercados financeiros permite ou não falar ainda de economias ou sociedades dependentes, quando muitos consideram sucateados os próprios estados nacionais? E, como consequência, a nova forma assumida pela internacionalização desautoriza ou não o "método dependentista" de analisar as relações sociais e de poder internas às sociedades periféricas?

A resposta a estas perguntas envolve a consideração de certos fatos e tendências que já vão se delineando no avanço da globalização, mesmo quando não se tenha clareza sobre o "ponto terminal" para o qual estarão apontando.

Em primeiro lugar, há que se ter presente, como dimensão teórica e metodológica essenciais à compreensão desta nova realidade, que ela vem sendo gerada por uma interação dinâmica de decisões econômicas mas também políticas, tomadas no nível das empresas e dos governos, em geral na forma de reação defensiva frente aos grandes "choques" que se condensaram no início dos anos 70, 80 e 90, na forma de grandes crises econômicas sucedidas por mudanças radicais das regras econômicas e políticas até então vigentes. O que se convencionou chamar, desde então, de "ajustes estruturais" foram as respostas dadas pelas economias nacionais a estas crises e transformações. É o que se chama de globalização é a realidade que vai nascendo como resultado destes ajustes - sobretudo o dos países centrais - mas ao mesmo tempo, como um processo que se desenvolve às costas dos produtores e dos governos. Uma nova ordem econômica onde crescem as interdependências entre os atores de todo tipo, mas que não é de jeito algum sinônimo de convergência e muito menos de solidariedade crescentes. (Touraine, 1995).

Em segundo lugar, se a internacionalização foi e é condição essencial do processo de valorização do capital e,

portanto, uma constante na expansão capitalista desde sua origem, a verdade é que ela gerou formas distintas de organização espacial dos capitais produtivos e de inter-relacionamento destes com a força de trabalho e com os capitais mercantis e financeiros. Assim, se a internacionalização foi uma constante também foram distintas as formas pelas quais os capitalismo originários relacionaram-se, em seu movimento expansivo, com suas periferias coloniais ou independentes. Sendo perfeitamente distinguíveis, por exemplo, a etapa em que as periferias integraram-se à economia internacional trocando seus produtos primários, explorados, em geral, pelos capitais forâneos, por produtos manufaturados provenientes dos países centrais, de quando esta mesma produção manufatureira se transferiu, na forma de filiais, para os países periféricos. E hoje parece já bastante provável que este mesmo movimento expansivo e internacionalizante tenha entrado em uma nova fase, anunciada pela crise mundial de 1973/75, mas cujo perfil só adquiriu maior nitidez nos anos oitenta. E, como em outros grandes momentos de inflexão deste mesmo processo, algo qualitativamente novo vem se desenhando na forma em que se expandem, organizam e interrelacionam, entre si e com a força de trabalho, os capitais produtivos, comerciais e financeiros.

Em terceiro lugar, esta inflexão que individualiza o momento da globalização ocorreu como efeito combinado de um certo tipo de progresso tecnológico, sobretudo no campo eletrônico-informacional, com um conjunto de decisões políticas "desregulacionistas" que se universalizaram, nos anos oitenta, a partir do eixo anglo-saxão, sob a égide da hegemonia liberal-conservadora. A partir daí, foram sobretudo as mudanças no funcionamento dos mercados financeiros que permitiram e estimularam a operação das grandes firmas multinacionais dentro de estruturas de oferta extremamente concentradas, mas com processos produtivos que se segmentaram, graças às novas condições tecnológicas e à existência de mercados cada vez mais desregulados, obedecendo a uma lógica completamente diferente da dos anos cin-

qüenta. Ali, as filiais reproduziam as matrizes e estavam movidas pelo interesse de conquista de mercados nacionais protegidos. Agora, pelo contrário, os vários segmentos produtivos das grandes empresas transnacionais se "desintegram" espacialmente, gerando estruturas globais de produção e oferta. É graças a isto que o comércio intra-firma cresceu de uns 20% do comércio mundial em 1980 para cerca de 33% em 1994.

De maneira que, em quarto lugar, se for necessário escolher um fator que tenha cumprido individualmente o papel mais decisivo neste processo, e sobretudo na sua aceleração nos anos oitenta, ele terá sido a decisão política de desregulação dos mercados. Mas sobretudo a desregulação dos sistemas bancários e dos mercados de capitais que, somada à permanência de um sistema de cambio flexível e à universalização das políticas monetárias deflacionistas, gerou o processo conseqüente de globalização financeira. Processo responsável pela multiplicação ciclópica da massa de valor que gira diariamente nos mercados de capitais e na especulação cambial e monetária: de cerca de 100 milhões de dólares nos anos setenta ela passa para algo em torno de um trilhão diário nos anos noventa, valor superior à soma de todas as reservas de todos os Bancos Centrais do mundo.

Em quinto lugar, é no espaço aberto por esta desregulação que se inicia, em última instância, com a decisão norte-americana de suspender, em 1973, a convertibilidade ouro/dólar em que se sustentou o sistema monetário pactuado em Bretton Woods, que avançaram as transformações responsáveis pela realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos de comércio que concentram-se em velocidade geométrica no que passou a chamar-se de Tríade, com um deslocamento notável do seu peso total em direção ao Pacífico. Fenômeno que, somado ao fim do bloco socialista e da guerra fria, estimulou a consolidação de três blocos econômicos que articulam suas periferias a

partir da relação cada vez mais tensa e competitiva entre os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha. Neste espaço são tomadas as decisões e desenvolvem-se as novas formas tecnológicas e organizacionais de competição "global" que acaba alcançando, de uma forma ou de outra, os respectivos espaços periféricos. Estas decisões concentram-se hoje no que alguns chamam de "oligopólio mundial" (Chesnais, 1994), um pequeno número de governos e grandes empresas que a literatura ideológica ou convencional chama de "mercados responsáveis pela correta alocação dos recursos mundiais".

Por fim, e em sexto lugar, não há quem não reconheça hoje que este processo de globalização, além de concentrar-se nos países da Tríade, vem provocando um processo de polarização crescente entre regiões, países e grupos sociais. Processo que só tem se expandido nos últimos anos, como se quisesse dar razão a uma das profecias mais "criticadas" de Marx: a de que seria cada vez maior o fosso que separaria ricos e pobres dentro das sociedades capitalistas. Com a globalização, este processo parece repetir-se numa relação que se polariza cada vez mais tanto entre os países como dentro de cada nação.

III. 'TRASIÇÃO HEGEMÔNICA': COMO E QUANDO?

A maioria dos analistas internacionais reconhecem, hoje, que o futuro do processo da globalização econômica depende de uma variável política: a forma em que se relacionem as estratégias de poder das três grandes potências econômicas mundiais: Estados Unidos, Alemanha e Japão. E neste ponto não há quem não identifique no horizonte a possibilidade de pelo menos dois cenários rigorosamente excludentes (Cox, 1986; Hobsbawm, 1994): o primeiro, desenhado por uma "nova hegemonia" ou alguma forma eficiente de coordenação entre os três capaz de sustentar as

estruturas e instituições supranacionais emergentes; e o segundo, caracterizado pela ausência de uma hegemonia clara e pela intensificação dos conflitos comerciais até o limite de uma possível “guerra neomercantilista”. Exercício prospectivo que reconhece na origem desta longa “transição” iniciada no final dos anos sessenta - que desemboca ou envolve a própria globalização - a existência de uma “crise da hegemonia americana” (Arrighi, 1982), provocada por sucessivas derrotas políticas e militares ocorridas nos anos setenta.

O economista Charles Kildelberger abriu uma pista teórica importante para compreender a trajetória crítica e o futuro desta transição quando formulou, em 1972, as bases da “teoria da estabilidade hegemônica” (depois desenvolvida por Wallerstein, 1979, 1984; Kehoane, 1984; Gilpin, 1987; Arrighi, 1982 e 1984, entre outros). Uma nova “economia política das relações internacionais”, que tematiza e projeta as transformações contemporâneas como fenômenos de natureza simultaneamente política e econômica a serem analisados a partir de uma hipótese central: a economia capitalista apresentou melhor desempenho em termos de crescimento e estabilidade sempre e quando suas regras de funcionamento foram sustentadas política ou militarmente por uma potência hegemônica capaz de garantir seus interesses em nome do interesse internacional. Segundo esta teoria, teria sido esta a condição essencial do sucesso econômico e/ou da estabilidade política internacional que caracterizaram os três grandes períodos hegemônicos da história moderna; os que se seguiram à Paz de Westphalia de 1648, ao Congresso de Viena de 1815 e aos acordos de Ialta de 1945. Períodos invariavelmente antecedidos e sucedidos por situações de “caos sistêmico” (Arrighi, 1994, p. 30), a marca deficitária dos momentos de “transição hegemônica” (Nye e Kehoane, 1989), como o que estamos vivendo depois do fim da Guerra Fria. A superação deste caos na direção de um crescimento econômico mundial sustentado só ocorrerá, dentro desta visão teórica, com a afirmação de uma

hegemonia incontestada de um dos três Estados nacionais que compõem a face política do “oligopólio mundial” de François Chesnais. Sem isto, o mais provável é que o sistema econômico e político mundiais sigam uma rota de instabilidade atravessada e marcada por ciclos curtos de crescimento atravessados por crises financeiras periódicas, como as da Bolsa de Nova Iorque em 1987, da Bolsa de Tóquio em 1990, do Sistema Monetário Europeu em 1993 e do México em 1994.

É neste sentido que se pode afirmar que existe um impasse político de “tipo anacrônico” no coração da modernidade global: a tensão e a incerteza geradas pela incompatibilidade entre os projetos econômicos imperiais de três estados nacionais. A situação, neste particular, apresenta-se, neste final de século, na forma de um paradoxo: a vitória sem guerra dos Estados Unidos frente à URSS liquidou com a bipolaridade mundial e colocou os Estados Unidos no epicentro de um império universal mas disforme. Neste sentido, não cumpriu o papel clássico de “limpeza de terreno” indispensável à afirmação de uma nova hegemonia, como passou no caso das Províncias Unidas com relação à Espanha, no século XVII: com a Inglaterra com relação à França no século XIX e com os Estados Unidos com relação à Alemanha e ao Japão, depois da Segunda Guerra Mundial. Mas é com relação a este último ‘ajuste de contas’ que o fim da Guerra Fria trouxe uma estranha novidade: a vitória norte-americana colocou de novo os Estados Unidos frente à frente àqueles dois países que se transformaram em seus “protetorados militares e econômicos” e depois nos seus principais aliados durante a Guerra Fria, mas que agora voltam a ser seus principais competidores pelos mercados mundiais. Como se desdobrará este conflito e esta nova realidade política? Para onde apontam as tensões cada vez mais nítidas entre os três pólos da nova “geoeconomia monetária” mundial, a despeito da crescente interdependência privada, produtiva, comercial e financeira que os une?

A teoria política das relações internacionais tem se mostrado incapaz de responder a estas perguntas. A sua "escola liberal-internacionalista" sublinha corretamente o aumento das interdependências que dificultam iniciativas isoladas e tornam mais complexo o cálculo dos interesses nacionais. Mas, por causa da sua excessiva ênfase nesta interdependência, acaba antecipando como se fosse real o que é apenas um futuro possível e por isto não consegue enfrentar a questão do conflito das grandes potências e de seus efeitos desestabilizadores sobre o mundo. Nesse sentido, a "escola realista", sem ser conclusiva, é bem mais esclarecedora. Kissinger (1994), por exemplo, reconhece que o fim da Guerra Fria representa a terceira oportunidade norte-americana de desenhar o mundo, neste século, segundo seus valores e interesses. Mas considera que como aconteceu com Woodrow Wilson em 1917, e com Franklin Roosevelt em 1944, agora de novo a tentativa fracassará e o mais provável é que não tenhamos, ainda por longo tempo, uma nova ordem mundial. Neste tempo "sem ordem", entretanto, as nações ainda definirão suas políticas "com base nos seus interesses nacionais" (1994, p. 810) e o mundo funcionará sustentado por um "equilíbrio de poder" análogo ao que vigorou durante a ordem de Westphalia, mas agora equilibrado pelo "balanço de poder" entre sete ou oito potências culturalmente heterogêneas e geograficamente distantes umas das outras (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Japão, Inglaterra, França, Índia e China, pelo menos). Assim mesmo, Kissinger deixa em aberto a questão sobre se os Estados Unidos orientarão sua própria política seguindo a visão ética de Woodrow Wilson ou a visão realista e pragmática de Theodore Roosevelt. Segundo ele, tudo dependerá do momento e da região do mundo onde seus interesses estejam em jogo. No fundamental, contudo, Kissinger, apesar de reconhecer o fenômeno da globalização, não consegue incluí-la analiticamente na sua avaliação prospectiva dos acontecimentos geopolíticos, mantendo-se atento apenas ao "balanço horizontal" de poder entre as grandes potências. Samuel

Huntington, neste sentido, avança ao distinguir, em seu polêmico "Clash of Civilizations", datado de 1993, o conflito de longo prazo entre as sete ou oito grandes civilizações humanas que segundo ele condicionará o rumo futuro da história política internacional, da dinâmica de curto prazo determinada pela vontade de dois "diretórios" responsáveis pela administração da ordem mundial depois do fim da Guerra Fria. Um, formado por Estados Unidos, França e Inglaterra, responsável pelos temas de política global e segurança; e o outro, formado pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão, responsável pelas questões atinentes à economia mundial. Huntington, além disto, reconhece que ao lado das relações extremamente próximas entre estes países existe também uma completa exclusão dos demais deste núcleo decisório. Mas Huntington deixa sem resposta a questão fundamental para o futuro do processo de globalização: como equacionarão entre si, nos próximos anos, as suas divergências políticas, militares e econômicas, os membros destes dois diretórios?

De um ponto de vista conjuntural a resposta a estas perguntas, a partir do que se pôde ver na reunião do G7 realizada em Halifax, no Canadá, em junho de 1995, não deixa muito lugar para o otimismo: todas as grandes potências estão enfrentando crises políticas internas e se encontram sob a direção de governos fragilizados; sobrou pouco do grande impulso europeu da segunda metade dos anos 80; a Ásia não constitui um bloco homogêneo, em sentido algum; os conflitos comerciais deverão seguir escalando; os Estados Unidos não têm capacidade imediata de imporem sua vontade e menos ainda a sua hegemonia e existe, de fato, nesta altura da década, um vácuo de poder mundial. Mas, como observa corretamente a revista norte-americana Newsweek, analisando o quadro mundial retratado pela impotência desta reunião das grandes potências: *"It is axiomatic that power vacuums never last for very long. Clearly, if governments and multilateral organization aren't cutting anymore, some new force must taking their place.*

And indeed it is: nowhere to be seen at last week's summit was a representative of the new power at the world's center stage - the multinational corporations and the increasingly rootless technological and financial elites who run them. A brash new world economy is shoving the old statist structures aside; it is private, it is fast-paced and it is, by and large, averse to government meddling. The libertarian "digitocrats" who are creating the Information Age, the young Republicans in Washington who are dismantling the New Deal-engendered welfare state, the swaggering investment bankers and fund managers who command the fawning attention of Third World finance ministers are all part this phenomenon" (June 26, 1995). Nesta mesma reunião de Halifax, contudo, o G7 decidiu transformar o FMI numa espécie de fiscal da disciplina econômica dos seus 179 países-membros, criando mecanismos para a pública e regular identificação dos países que não cumprem os critérios da boa política, excluídos, como é óbvio, alguns dos países que tomaram a própria decisão, como se está podendo observar no caso do desrespeito norte-americano e japonês às regras recém-aprovadas na criação da nova Organização Mundial do Comércio.

Se mantiverem-se estas coordenadas pode-se prever, do ponto de vista de Kidelberger, para o que resta do século XX, uma instabilidade sistêmica crônica produzida pelas tensões semicontroladas entre os três grandes, acompanhada de um baixo crescimento médio da economia mundial e de um rigor crescente na imposição da disciplina macroeconômica dentro dos três blocos "geomonetários". Com o agravante, segundo Robert Gilpin, de que para os países da periferia capitalista, e para os latino-americanos muito em particular, "numa nova ordem mundial em que prevalecem os fatores econômicos, as economias em desenvolvimento contam com pouca ou nenhuma fonte de poder para participar da 'luta pelo produto mundial'. Os instrumentos de política econômica na era contemporânea consistem primeiramente no controle sobre o capital de investimento,

tecnologia produtiva e acesso aos mercados. Os países mais avançados têm quase que um monopólio sobre essas fontes de poder" (1993, 159). Problema que permanecerá rigorosamente insolúvel independentemente do grau e da extensão com que estes países adiram à crença vitoriana de que os "free markets and sound money is the key to economic development" (Krugman, 1995).

IV. A 'NOVÍSSIMA DEPENDÊNCIA': O RETORNO E A FORMA

A primeira coisa que se pode concluir desta visão sintética do processo de globalização é que ele mantém e aprofunda as relações entre centros e periferias. E se não há dúvida de que estas relações mudaram de forma com relação aos tempos da "internacionalização dos mercados internos da periferia", tudo parece indicar que a preocupação central e o método de análise dos dependentistas permanecem vigentes e extremamente atuais. Mais do que isto, aliás: os novos termos das relações econômicas e políticas internacionais autorizam, perfeitamente, a hipótese da existência de uma "novíssima dependência" na forma em que a América Latina vem se inserindo na nova ordem econômica globalizada.

Afinal, muito mais do que antes, hoje o progresso tecnológico e seus efeitos benéficos se encontram concentrados no espaço econômico da Triade, chegando à periferia de maneira extremamente restrita e segmentada, e como resultado de decisões que são tomadas dentro do "oligopólio mundial" e acabam hierarquizando os espaços políticos nacionais segundo a importância deles, ou de algumas de suas sub-regiões, para os governos ou firmas decisoras. Sendo que como resultado da globalização estreitou-se ainda mais o acesso da periferia ao conhecimento e às tecnologias de ponta, pois sua utilização flexível e segmentada corresponde

a um controle concentrado. E, como consequência, sua transferência para os espaços periféricos é sempre parcial, contribuindo ainda menos que no passado para a criação de uma capacidade endógena de progresso técnico. Com a "internacionalização dos mercados internos", a periferia que alcançou industrializar-se logrou, ainda que de forma tardia, internalizar a sua segunda revolução industrial, suas técnicas e métodos de produção. Nos tempos da globalização, só cabe aos países periféricos - e só aos mais bem-sucedidos - 'consumir' de maneira parcial o progresso da "terceira revolução tecnológica".

Como, por outro lado, as decisões de investimento são "escassas" e os territórios disponíveis são ilimitados, desencadeia-se nas periferias uma competição de vida ou morte entre países e governos subnacionais em torno de investimentos que requerem como condições favoráveis sobretudo vantagens de infra-estrutura e de tipo fiscal, acompanhadas de mercados desregulados e políticas macroeconômicas "sadias", dando-se, por suposto, a ausência de incertezas no horizonte político. Como o controle das novas tecnologias é cada vez mais concentrado, as periferias vão sendo coagidas pela competição global a uma gestão macroeconômica cada vez mais homogênea e imutável. O que não significa necessariamente que ela seja mais estável, uma vez que estes países apresentam uma "hipersensibilidade" sem igual às mudanças no câmbio e nos juros, que podem ser provocadas por decisões dos governos centrais ou simplesmente por decisões de investimento dos grandes especuladores globais.

Esta gestão orientada pelo desideratum único e exclusivo dos equilíbrios macroeconômicos é considerada insubstituível mas tampouco representa garantia alguma de sucesso na atração dos investimentos internacionais. Ainda mais quando se tem presente, sobretudo no caso da periferia latino-americana, a ação simultânea das políticas de estabilização, em geral acompanhadas de sobrevalorização das moedas locais e da manutenção de diferenças de juros

atrativos internacionalmente, fatores responsáveis pela transformação destes países em "mercados emergentes" extremamente vantajosos do ponto de vista especulativo.

Neste ponto é que se inscrevem as 'reformas dos estados' e sobretudo os processos de 'privatização', o caminho que se impôs às periferias que procuram atrair investimentos produtivos ainda quando o argumento utilizado seja de natureza fiscal. E isto porque, enredados em dívidas impagáveis e crescentes, os estados periféricos, nesta novíssima forma de dependência, perdem qualquer espaço para políticas ativas de investimento. Como consequência, o velho comandante do tripé desenvolvimentista perde a capacidade de abrir novos horizontes de expansão para o capital privado e de atuar como articulador de interesses entre os investidores externos e os capitais nacionais. Mas de certa forma mantém viva a face perversa do desenvolvimentismo; o estado sai de cena, propondo-se uma vez mais fortalecer a "pata nacional" do 'desenvolvimento associado'. Só que agora através de seu próprio haraquiri, numa espécie de última e desesperada tentativa de criar o que alguns chamaram, um dia, de "burguesia nacional".

O problema está em que, junto com a venda do seu patrimônio produtivo, os estados periféricos endividados e orientados agora pela bússola dos 'equilíbrios macroeconômicos' perdem também a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal, num momento em que o crescimento econômico não assegura por si mesmo o pleno emprego. Questões que, somadas a um passado de desigualdades sociais gritantes, recolocam no conceito desta novíssima dependência o tema da velha "marginalidade", tal como ele foi discutido nos anos sessenta. Como resultado do processo de globalização aquilo que foi a marginalidade vai assumindo a forma da exclusão pura e simples de uma parcela crescente das populações que não têm como ser "globalizadas". Como resultado, as geografias econômicas nacionais são redesenhadas, dando forma a um novo mapa

onde algumas áreas isoladas e dinamizadas por sua integração global, os "region states" de que nos fala Kenichi Ohmae, aparecem cercadas por enormes zonas caracterizadas por sua estagnação econômica e desintegração social. Nestes "region states" é onde se daria a coincidência efetiva dos interesses internos e externos de que falam Cardoso e Faletto em nossa epígrafe. Mas, numa direção contrária, seriam cada vez menores as coincidências de interesse e as identidades simbólicas existentes entre estas regiões e as zonas desconectadas desta nova onda de internacionalização e fragmentação.

Com relação ao plano mais diretamente político, o que já se pode perceber é que, como consequência direta desta nova forma de inserção econômica, social e política da periferia latino-americana, os governos locais perdem capacidade ou ficam diretamente dispensados de governar suas economias. Fenômeno que deverá provocar, a médio prazo, uma nova e aguda "crise de legitimidade" dos governos diante de suas populações, completamente ofuscada, hoje, pela preocupação inversa, com o chamado problema da "governabilidade", como ela é vista e exigida "pelo mercado" ou pelos investidores internacionais.

✓ Ainda é uma incógnita a forma como esta crise afetará a consolidação democrática numa periferia em que a 'antiga dependência' esteve sempre associada ao autoritarismo. Mas este é um problema que envolve outras dimensões e efeitos do próprio processo de globalização e das transformações políticas e ideológicas que vêm ocorrendo paralelamente nestes últimos anos. Neste sentido, para pensar a viabilidade democrática no contexto desta nova forma de dependência não se pode esquecer, em primeiro lugar, a desconstrução ideológica do projeto socialista que deixou completamente desorientadas as forças políticas de esquerda em todo o mundo. A isto deve-se somar o fato de que neste momento de absoluta hegemonia das idéias liberal-conservadoras o movimento sindical sofreu o seu mais duro revés neste sécu-

lo, fragilizado pelo ataque simultâneo dos governos conservadores, da "flexibilização" dos mercados de trabalho e do aumento exponencial do desemprego. Fatores que, em conjunto com o processo global de polarização econômica e social e de esvaziamento ideológico dos partidos secularmente associados ao mundo do trabalho, têm provocado uma divisão insanável entre os incluídos e os excluídos dos mercados de trabalho e entre os próprios trabalhadores, agora divididos entre os que estão nos circuitos globalizados e os que permanecem ligados à indústria manufatureira tradicional ou ao setor de serviços pessoais. Tudo isto, que está igualmente presente nos países centrais, reproduz-se de forma ampliada na periferia, porque neste caso estes fenômenos somam-se aos "constrangimentos" macroeconômicos impostos pelas políticas de estabilização e pelas novas regras da competição global, para consolidar a idéia de que só existe um caminho e uma política possível: aquela que conte com o apoio das forças conservadoras capazes de dar a necessária segurança aos investidores, porque no mundo da globalização e da derrota socialista é ao capital que cabe tranquilizar e "seduzir". E esta nova "convicção" acaba convencendo os próprios partidos de esquerda, fragilizados ideologicamente e desorientados frente à crise simultânea das políticas keynesianas e dos *welfare states* europeus. É este novo quadro político-ideológico que tem empurrado as oposições em direção a propostas que sejam cada vez mais "confiáveis" do ponto de vista dos investidores. Posições que os partidos de esquerda consideram ao mesmo tempo conter a chave do seu "novíssimo" sucesso eleitoral, mas que paradoxalmente os faz dispensáveis do ponto de vista dos eleitores, uma vez que para assegurar políticas conservadoras nada melhor do que os próprios conservadores. Conclusão perfeitamente consistente do ponto de vista lógico, mas que na prática tem significado um esvaziamento acelerado dos processos eleitorais e das próprias instituições representativas clássicas, cada vez mais distantes dos centros decisórios que contam efetivamente do ponto de vista da viabilização econômica dos capitalismo periféricos.

V. NOTA FINAL: DIÁSPORA E REALISMO

Mas, se é perfeitamente possível sustentar a hipótese de que o problema da dependência não desapareceu, apenas assumiu uma nova forma, talvez até mais complexa de ser administrada do que no passado, um ponto, entretanto, segue tão obscuro e indeterminado como nos anos sessenta. Hoje, na era da 'novíssima dependência', como naquele tempo, segue não existindo um caminho de mão única entre o diagnóstico dependentista e qualquer tipo de derivação normativa no plano político-ideológico ou partidário. Nesse sentido, não há porque associar necessariamente uma análise dependentista com uma estratégia econômica autárquico-nacionalista. E as políticas liberais de "ajuste estrutural", hegemônicas atualmente na América Latina, podem ser lidas, simultaneamente, como o caminho de aprofundamento do desenvolvimento industrial "dependente e associado" e como a nova versão do mesmo liberal-conservadorismo que um dia construiu e usufruiu do estado desenvolvimentista. Seria agora $\frac{3}{4}$ inclusive na visão de um renovado materialismo mecânico e tecnicista $\frac{3}{4}$, o único caminho para o capitalismo industrial da periferia latino-americana. Em torno dele e sem "coação ou exploração externa", exatamente na forma prevista por alguns dependentistas, ter-se-iam se gerado "as coincidências de interesses entre as classes dominantes locais e internacionais", capazes de redinamizar as economias latino-americanas numa forma que "inclui segmentos da classe média e partes das própria classe trabalhadora". (Cardoso e Faletto, 1977).

Com relação a este ponto, a situação presente apenas explicita uma conclusão que ninguém teve coragem de tirar nos anos sessenta, mas que não há como ser contestada: a "teoria" dependentista só foi e ainda é incompatível com a teoria liberal do comércio e da política internacionais, não havendo nenhuma incompatibilidade conceitual ou lógica que impeça alguém de ser teoricamente dependentista e politicamente de direita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, F.H. e Faletto, E. (1970), Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- Cardoso, F.H. e Faletto, E. (1977) *Dependency and Development in Latin America* (American ed. Com novo prefácio)
- Chesnais, F. (1994), *La Mondialisation du Capital*, Syros, Paris
- Frank, A. G. (1966) 'The development of underdevelopment', in *Monthly Review*, vol 18 No 4, pp 17-31
- Frank, G. (1967), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*, *Monthly Review*, New York
- Furtado, C. (1966), *Subdesarrollo y Estancamiento en America Latina*, CEAL, Buenos Aires
- Lenin, V. (1899) *The Development of Capitalism in Russia* (Progress Publishers, Moscou)
- O'Donnell, G. (1977), 'Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritário', in *Revista Mexicana de Sociologia*, Ano XXXIX, No 1, Enero-Marzo, pp 9-59
- Ohmae, K. "Rise of the Region States" in *Foreign Affairs*, Spring 1993
- Palma, G. (1977). "Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritário", in *Revista Mexicana de Sociologia*, Ano XXXIX, No. 1, Enero-Marzo, pp 9-59
- Prebisch, R. (1950) 'El Desarrollo Economico de la America Latina y algunos de sus principales problemas' republicado

- in Boletim Economico de America Latina, Vol VII, No1, 1962
- Tavares, M.C e Serra J., (1972), "Alem da Estagnação", publicado em português pela primeira vez, in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- Touraine, M. (1995), *Le Bouleversement du Monde*, Éditions Seuil, Paris
- Hobsbawm, E. (1994), *The Age of Extremes*, Michael Joseph, London
- Arrighi, G. (1982), "The crisis of hegemony", in Wallertsein, et ali , *Dynamic of Global Crisis*, Ed M ., London
- Tavares, M.C. (1993), "Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora", in M.C.Tavares e J.L. Fiori, *Desajuste Global*, Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro
- Altwater, E. (1995), "O mercado mundial como área de operações ou a transformação do estado nacional soberano no estado nacional concorrencial" in *Revista Indicadores Econômicos da FEE*, V23 No 1, Maio, Porto Alegre
- Kennedy, P. (1989), *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Ed Campus, Rio de Janeiro
- Kissinger, H. (1994), *Diplomacy*, Simon & Schuster, New York
- Kindleberger, C. (1972) *The World in Depression*, Penguin Books, Londres
- Gilpin, R. (1987), *The Political Economy of International Relations*, Princenton University Press, New Jersey
- Arrighi, G. (1994), *The Long Twentieth Century*, Ed Verso, London

- Kehoane, R. (1984), *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princenton University Press, Princenton
- Wallerstein, I. (1979), *The Capitalist World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge
- Idem (1984), " The three instances of hegemony in the history of the capitalist world economy", in *International Journal of Comparative Sociology*, 24, i-2, pp 100-108
- Cox, R. (1986), "social Forces and World Orders: Beyond International Relations Theory" in Robert Kehoane (ed), *Neorealism and its Critics*. Columbia University Press, New Jersey
- Nye, J. E Kehoane, R. (1989),. *Power and Interdependence*, Scott, Foresman and Company, Boston
- Huntington, S. (1993), "The Clash of civilizations", in *Foreign Affairs*, Summer, pp. 22-49
- Gilpin, R. (1993), "A nova ordem política e econômica mundial", in J.P.R. Velloso e L. Martins, *A Nova Ordem Mundial em Questão*, Ed Jose Olympio, Rio de Janeiro
- Krugman, P. (1995), "Dutch tulips and emerging markets" in *Foreign Affairs*, vol 74, No 4 de July/August, Paris

ÚLTIMOS TEXTOS PUBLICADOS

342. PRADO, Luiz Carlos Delorme. A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. 21 pág.);
341. PRADO, Luiz Carlos Delorme. MERCOSUL como opção estratégica de integração: dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).
340. FIORI, José Luís. Estado do bem-estar social: padrões e crises. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. (28 pág.)
339. FIORI, José Luís. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. (35 pág.)
338. GONÇALVES, Reinaldo. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. IEI/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (52 pág.)
337. CASTRO, Antonio Barros de. Estabilizar e crescer: o paradoxo do desajuste na estabilidade. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (36 pág.)
336. FIORI, José Luis. O Federalismo frente ao desafio da globalização. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (46 pág.). Inclui o texto: "Por que governabilidade? Qual governabilidade?"
335. LA ROVERE, Renata Lèbre. It diffusion in the Brazilian public setor; organizational culture versus efficiency. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (16 pág.)
334. TOLIPAN, Ricardo de Mendença Lima. Anotações sobre a história do pensamento econômico. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (24 pág.)
333. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Paul Davidson's rediscovery of Keynes's finance motive and the liquidity preference versus loanable funds debate. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (22 pág.)
332. MACHADO, João Bosco Mesquita. MERCOSUL: uma Agenda para a Consolidação da União Aduaneira. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (23 pág.)